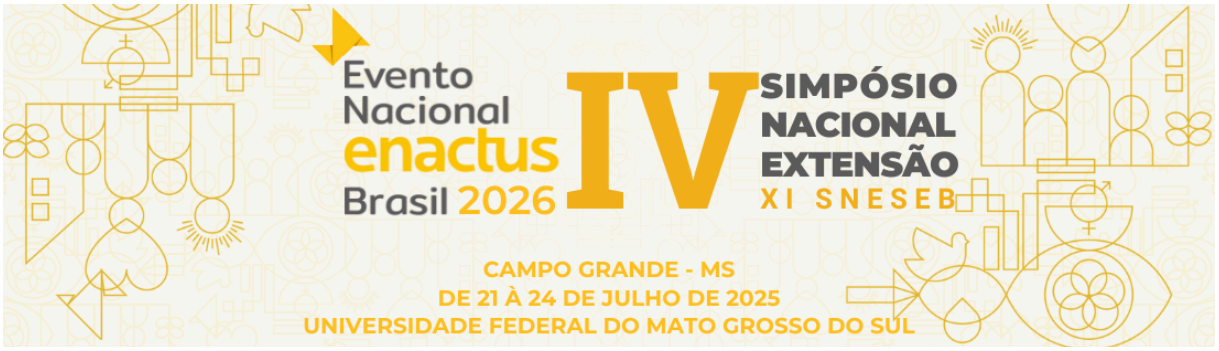


TECNOLOGIA SOCIAL E PROTAGONISMO FEMININO EM COMUNIDADE QUILOMBOLA: DIGNIDADE MENSTRUAL, EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE NO SEMIÁRIDO BAIANO

Liriel de Novais Santos[1]
Patrick Novaes Matos[2]

Resumo

O trabalho analisa uma tecnologia social criada por um time universitário de empreendedorismo social para enfrentar a pobreza menstrual e o desemprego feminino em comunidades quilombolas do semiárido baiano. O projeto capacita mulheres na produção de ecobags, absorventes reutilizáveis e peças artesanais a partir de tecidos doados. Dados coletados entre 2022 e 2024 em duas comunidades de Vitória da Conquista (BA) indicam os seguintes resultados: 10 cooperadas ativas, 85 pessoas impactadas, mais de 100 peças ecológicas produzidas, redução acumulada de 914 kg de gases de efeito estufa, reaproveitamento de 22 kg de tecidos, aumento de 10% na renda das participantes, R$ 14.000 em premiações e 5 parcerias empresariais. O estudo discute como empreendedorismo comunitário, saúde da mulher e economia circular podem produzir mudanças concretas em territórios historicamente negligenciados.

Palavras-chave: tecnologia social; empoderamento feminino; dignidade menstrual; economia circular.

[1]Graduando em Psicologia, Universidade Federal da Bahia - UFBA IMS (novaisliriel@gmail.com).
[2]Graduando em Psicologia, Universidade Federal da Bahia - UFBA IMS (pataus616@gmail.com).

INTRODUÇÃO

O absorvente acabou. Para muitas brasileiras de classe média, o problema se resolve numa farmácia. Para mulheres quilombolas no interior da Bahia, não. Sem acesso a produtos de higiene, muitas improvisam com o que têm: jornais, papelão, miolo de pão, folhas. No Brasil, segundo o UNICEF e o UNFPA (2021), uma em cada quatro mulheres já perdeu aulas por falta de absorvente. O dado é chocante, mas o problema é velho.

Em Vitória da Conquista, sudoeste baiano, os números dão rosto a essa estatística. Na Bahia, 1,7 milhão de pessoas passam fome. Entre as famílias quilombolas do município, 65% vivem em insegurança alimentar. Existem mais de 2,5 milhões de mulheres baianas fora do mercado de trabalho por causa do cuidado doméstico. Dessas, 2 milhões nem tentam emprego. A conta não fecha: gênero, raça e território se cruzam e travam essas mulheres num ciclo que se repete entre gerações.

A Comunidade A — nome fictício, em atenção à LGPD — tem 36 famílias, 100 habitantes e 35 mulheres. Foi ali que o projeto começou, em abril de 2023. A ideia era capacitar mulheres quilombolas para produzir absorventes ecológicos e artesanato sustentável. O nome do projeto homenageia uma líder comunitária local — aqui chamada de Dona Rosa — que, sem cargo nenhum, já organizava redes informais de apoio entre as vizinhas.

O que se seguiu não foi linear. Houve mudança de comunidade, troca de produto, adaptação de método. Cada reorientação nasceu do confronto entre o que a equipe planejava e o que a realidade exigia. Este artigo apresenta esses resultados, discute os mecanismos que os produziram e os situa no diálogo com os ODS 3, 5, 8 e 12.

O projeto opera com três objetivos específicos: promover saúde e bem-estar das mulheres quilombolas por meio de ações de educação em saúde íntima e ampliação do acesso a práticas de cuidado sustentáveis; fortalecer o protagonismo feminino e a igualdade de gênero por meio de capacitação em corte, costura e gestão comunitária; e fomentar o empreendedorismo social e a geração de renda sustentável a partir da produção e comercialização de peças artesanais ecológicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O que é pobreza menstrual e por que importa

O relatório do UNICEF e UNFPA (2021) não deixa margem para dúvida: pobreza menstrual não é coisa de país pobre. No Brasil, ela se manifesta como falta de absorvente, sim, mas também como ausência de banheiro decente, de informação básica sobre o corpo e de acesso a médico. O problema é, nas palavras do relatório, multissetorial: cruza saúde, saneamento, educação e gênero ao mesmo tempo.

Coelho de Azevedo Bussinguer e Lima e Salvador (2022) vão direto ao ponto: essa situação viola a dignidade humana e o direito à saúde. Não é uma inconveniência. É violação de direito. Jaquetti Macri e Borges Silva (2025) reforçam: tratar higiene menstrual como responsabilidade individual é empurrar para as mulheres um custo que deveria ser coletivo.

Nas comunidades quilombolas, o problema ganha peso extra. A distância dos centros urbanos, a invisibilidade perante o Estado e o acúmulo de trabalho doméstico não remunerado criam o que Prado (2024) chama de ciclos intergeracionais de vulnerabilidade menstrual. Mães sem informação não a transmitem às filhas. O silêncio se perpetua. Silva et al. (2025) colocam de forma ainda mais direta: a pobreza menstrual não pode ser enfrentada sem enfrentar a desigualdade que a produz.

A Lei 14.214/2021 criou o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. O texto legal abre a possibilidade de fornecer absorventes para escolas públicas. Mas entre o Diário Oficial e a realidade de uma comunidade quilombola rural, o caminho é longo. Sem iniciativas locais que façam a ponte, a lei corre o risco de ficar no papel.

Tecnologia social: com a comunidade, não para ela

Há uma diferença importante entre levar uma solução pronta para um território e construir uma solução com quem vive nele. A segunda opção é o que a literatura chama de tecnologia social. Na prática, significa partir do que já existe: as mulheres da comunidade já sabiam costurar. Já tinham habilidades manuais. O que faltava era conexão com mercado,

capacitação técnica e acesso a matéria-prima. O projeto não inventou habilidades novas. Reorganizou as que estavam adormecidas.

Economia circular fora dos manuais corporativos

Falar de economia circular em comunidade quilombola rural é falar de outra coisa. Não se trata de otimizar cadeias logísticas globais. Trata-se de pegar tecidos que uma fábrica ia jogar fora e transformá-los em ecobags. Retalhos viram fuxicos. Sobras viram bordados. O lixo de uma costureira urbana vira matéria-prima gratuita para uma cooperativa quilombola. Essa circularidade é improvisada, mas funciona: reduz custo de produção e diminui resíduo ao mesmo tempo.

No caso dos absorventes reutilizáveis, a relação é mais direta ainda: a cada 12 unidades compradas, estima-se que 3 kg de plástico deixem de ir para o lixo, com economia de 95% na quantidade anual de descartáveis que uma mulher consumiria.

A proposta de valor do projeto sintetiza essas dimensões: produção de produtos ecológicos reutilizáveis que atendem à economia circular e ao compromisso social, produzidos por mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A equipe que sustenta o projeto é formada por mulheres quilombolas e por estudantes universitários, unidos por valores como responsabilidade, empatia, desejo de transformação e resiliência. Os clientes incluem a prefeitura municipal, outras instituições públicas, mulheres de comunidades quilombolas e externas que procuram produtos sustentáveis e de valor social, além de estudantes e consumidores comprometidos com o consumo responsável.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A equipe é composta por sete estudantes de biotecnologia, nutrição, medicina e psicologia da Universidade Federal da Bahia, do campus Anísio Teixeira, uma professora conselheira e uma mentora externa. O público-alvo são mulheres quilombolas em vulnerabilidade socioeconômica de duas comunidades de Vitória da Conquista.

O trabalho seguiu quatro etapas. A primeira foi ir até a comunidade e conversar. Parece óbvio, mas não é. O mapeamento revelou que 65% das famílias viviam em insegurança alimentar e que a maioria das mulheres não tinha renda formal. A segunda etapa foram as capacitações: 24 horas de corte e costura ao longo do ciclo 2023–2024, conduzidas por duas costureiras voluntárias do município, além de módulos de gestão, marketing, finanças e saúde da mulher. A terceira foi montar a cadeia produtiva: ecobags, absorventes reutilizáveis, fuxicos, bordados. Mapeamos custos, definimos preços, abrimos canais em feiras, WhatsApp e Instagram. A quarta etapa, o monitoramento, usou indicadores nas dimensões Pessoas, Planeta e Prosperidade, com acompanhamento semanal individualizado de cada participante.

Os recursos do projeto incluem tecidos doados, linhas, agulhas, tesouras, canetas de tecido, etiquetas, máquinas de costura, mesas e cadeiras. Os fornecedores são lojas locais de armarinhos e decorações. O transporte até a comunidade e a reforma do espaço de produção são custos fixos que o projeto absorve. Os custos variáveis cobrem matéria-prima e remuneração das costureiras. A economia de escala vem do uso de retalhos para embalagens e descontos na compra coletiva.

Esse acompanhamento merece destaque. Não era uma planilha genérica. Cada mulher tinha registro próprio: o que aprendeu na semana, onde travou, se estava satisfeita, o que precisava de reforço. Esse nível de detalhe é trabalhoso, mas foi ele que nos permitiu perceber, por exemplo, que o problema de algumas participantes não era a costura — era a insegurança de vender algo feito por elas.

ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA

15 mulheres capacitadas. 10 cooperadas em atividade regular. 85 pessoas alcançadas diretamente, contando as 15 famílias, as 2 costureiras voluntárias e uma adolescente quilombola — filha de uma das participantes — que começou a frequentar as oficinas por conta própria. Nas escolas públicas, ações de saúde menstrual chegaram a mais de 50 jovens

em duas unidades: uma urbana e outra em zona rural. Nas redes sociais, o perfil alcançou 1.357 contas, 74% de mulheres, com 9.431 visualizações de conteúdos sobre saúde feminina.

Para contextualizar: no ciclo anterior (2022–2023), o time havia sido reconhecido como Revelação da rede nacional de empreendedorismo social e semifinalista em dois editais de impacto. Acumulou mais de 4.800 horas de trabalho e 177 pessoas capacitadas. Os números do ciclo 2023–2024 são menores em volume bruto, mas mais profundos em transformação: passamos de capacitar muitas pessoas superficialmente para acompanhar menos pessoas de perto.

Dois membros do projeto participaram do Encontro de Mulheres Empreendedoras do município, ampliando a visibilidade da iniciativa fora do circuito universitário. Esse tipo de inserção importa porque rompe o isolamento: as mulheres da cooperativa passam a ser vistas não como beneficiárias de um projeto social, mas como empreendedoras que participam de espaços públicos. A visão de impacto que orienta o futuro é precisa: mulheres empoderadas e economicamente estáveis, redução dos índices de pobreza menstrual, diminuição do plástico descartável, qualidade de vida, autoconhecimento e visibilidade para a comunidade.

914 kg de gases de efeito estufa evitados ao longo dos dois ciclos. 22 kg de tecidos que iriam para o lixo reaproveitados só no último ciclo — no relatório parcial (fevereiro a maio de 2024), já eram 18 kg. Mais de 100 peças ecológicas produzidas e vendidas.

São números pequenos no panorama global, mas num território onde coleta seletiva não existe e resíduos sólidos terminam em terrenos baldios, cada quilo de tecido reaproveitado importa. E a projeção não é modesta: 1.600 absorventes reutilizáveis para distribuição em escolas públicas, remoção de 400 kg de plástico e redução adicional de 70 kg de GEE. As mulheres já produzem fuxicos decorativos com retalhos das capacitações, o que contribui não só para o desenvolvimento das habilidades de costura, mas também para a reutilização de materiais que de outro modo seriam descartados.

A ecobag custa R$ 6,06 para fazer e é vendida a R$ 25,00. O absorvente reutilizável sai a R$ 7,50, com margem de 35%. O modelo divide 90% da receita para as colaboradoras e reinveste 10%. Essa distribuição é deliberada: o dinheiro precisa ficar na comunidade. Os

canais de comercialização incluem feiras e eventos locais, WhatsApp e Instagram, com vendas em combos de 3 unidades. A estratégia futura prevê canais B2G (fornecimento ao setor público, conforme a Lei 14.214/2021) e até a prospecção de créditos de carbono.

Ao todo, R$ 3.422,70 investidos, R$ 14.000 em premiações obtidas, 5 parcerias formais com empresas de setores diversos — químico, alimentar, de escrita, de bebidas e de inovação, além de apoio da prefeitura municipal. O resultado financeiro projetado prevê investimento total de R$ 4,5 milhões ao longo da vida do projeto. O aumento de 10% na renda mensal das participantes não resolve a pobreza, mas para mulheres que antes não tinham renda nenhuma, muda a relação com o dinheiro e com as decisões familiares.

Tabela 1 – Indicadores consolidados (Ciclos 2022–2024)

PESSOAS	PLANETA	PROSPERIDADE
10 cooperadas ativas	914 kg GEE evitados	R$ 14.000 em premiações
85 impacto direto	22 kg tecidos reaproveitados	R$ 3.422,70 investidos
15 famílias + 2 costureiras + 1 adolescente	100+ peças ecológicas	10% aumento na renda
50+ jovens nas escolas	3 kg plástico / 12 absorventes	5 parcerias empresariais
9.431 visualizações (74% mulheres)	Projeção: 1.600 absorv. em escolas	Ecobag: R$6,06 custo / R$25 venda

Fonte: Relatórios do time (2023–2024)

O projeto mudou de rumo quatro vezes. Primeira: trocou de comunidade. A Comunidade A tinha engajamento instável e logística difícil. A Comunidade B funcionou melhor. Segunda: trocou de produto. O absorvente ecológico exigia costura técnica que as mulheres ainda não dominavam. A ecobag, mais simples, gerava renda rápido e dava confiança. Terceira: diversificou. Fuxicos e bordados com retalhos surgiram quase espontaneamente nas oficinas. Quarta: incorporou o ODS 12 como eixo explícito, reconhecendo que a dimensão ambiental tinha se tornado tão central quanto a social.

Nenhuma dessas mudanças estava no plano original. Todas vieram de observar o que funcionava e o que não funcionava na prática. A produção agora precisa ser expandida porque a demanda superou a capacidade. Novas escolas estão sendo mapeadas. Uma terceira comunidade, a 30 km, já foi prospectada: 13 mulheres interessadas.

Três níveis de leitura. O primeiro é empírico: os dados confirmam que dá para juntar saúde menstrual, renda e meio ambiente numa mesma intervenção. A ecobag que gera renda é feita com tecido que ia virar lixo, e esse mesmo tecido abre caminho para o absorvente reutilizável que combate a pobreza menstrual. São elos da mesma cadeia, não ações paralelas.

O segundo nível é teórico. O projeto mostra que tecnologia social funciona quando parte de saberes existentes. A costura não foi ensinada como habilidade abstrata — foi conectada a um negócio com demanda real, preço calculado e canal de venda montado. Isso é diferente de dar um curso e ir embora.

O terceiro nível é político. A Lei 14.214/2021 prevê distribuição de absorventes em escolas, mas não diz de onde eles devem vir. Se forem comprados de grandes indústrias, o dinheiro sai da comunidade. Se forem produzidos por cooperativas quilombolas, gera-se saúde menstrual e renda ao mesmo tempo. A projeção do projeto já aponta para isso: 1.600 absorventes reutilizáveis em escolas públicas de Vitória da Conquista.

As limitações não são poucas. Sete pessoas no time específico. Engajamento que oscila por razões que não controlamos: doença de filhos, chuva, resistência de maridos. Logística rural que consome tempo e gasolina: 240 km só no último ciclo. Sem apoio institucional mais robusto, a sustentação no longo prazo é incerta.

Há também limitações metodológicas. O aumento de 10% na renda é autorrelatado. Os 914 kg de GEE são estimativas baseadas em fatores de conversão padronizados. A amostra é pequena e localizada. Nada disso invalida os achados, mas indica que estudos futuros precisarão de instrumentos de medição mais robustos, amostras maiores e acompanhamento longitudinal para confirmar a sustentabilidade dos resultados ao longo do tempo.

CONCLUSÕES

Dez mulheres que antes não tinham renda própria agora produzem e vendem. Oitenta e cinco pessoas foram alcançadas diretamente. Mais de 900 kg de gases de efeito estufa deixaram de ser emitidos. Vinte e dois quilos de tecido que iriam para o lixo viraram produto.

A renda das participantes subiu 10%. Uma adolescente começou a frequentar as oficinas sozinha. Mulheres que nunca opinaram sobre preços passaram a discutir precificação.

Os números importam, mas o que está por trás deles importa mais. O projeto mostra que pobreza menstrual, desemprego e degradação ambiental podem ser tratados juntos. Mostra também que os planos originais quase nunca sobrevivem ao contato com a realidade, e que isso não é fracasso — é aprendizado.

O que fica, acima de tudo, é uma evidência simples: quando mulheres quilombolas têm acesso a capacitação, matéria-prima e mercado, o protagonismo vem. Não precisa ser concedido. Precisa ser viabilizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021*. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Brasília, 2021.

COELHO DE AZEVEDO BUSSINGUER, E.; LIMA E SALVADOR, R. O impacto da pobreza menstrual e da desinformação na dignidade da pessoa humana e no direito à saúde das mulheres no Brasil. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, v. 8, n. 1, p. 49–64, 2022.

JAQUETTI MACRI, B.; BORGES SILVA, J. Pobreza menstrual e a dignidade das pessoas que menstruam. *Revista Científica Integrada*, v. 8, n. 1, e202501, 2025.

MOREIRA, L. P. A. *Pobreza menstrual no Brasil: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: FGV-EAESP, 2021.

PRADO, I. C. de A. Políticas públicas sobre a saúde menstrual no Brasil: olhares pelas lentes dos movimentos sociais. *Mediações*, v. 29, n. 1, e49150, 2024.

SILVA, K. A. P. da *et al*. Entre o sangue e o silêncio: a pobreza menstrual engendrada pela desigualdade social. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 17, n. 8, e9194, 2025.

UNFPA; UNICEF. *Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos*. Brasília: UNICEF Brasil, 2021.